

O expressivismo como contestação midiática

Henrique Moreira Mazetti¹

Resumo: Este trabalho desenvolve reflexões teóricas acerca de duas questões principais. Inicialmente, discute-se a identificação de práticas sociais que tomam o sistema midiático como uma questão política específica. Em seguida, é abordada uma clivagem no seio destas manifestações entre as que operam em uma dimensão de crítica ideológica e logocêntrica da mídia comercial e as que almejam a construção de novas formas de sociabilidade através do uso dos meios de comunicação de modo a gerar transformações de cunho subjetivo, baseadas em experiências sensitivas e afetivas, e não somente, intelectuais. Por fim, são feitas algumas considerações retiradas de uma pesquisa empírica com manifestações nacionais e contemporâneas de ativismo de mídia.

Palavras-Chave: Ativismo de mídia. Expressivismo. Sociabilidade.

Abstract: This paper is centered around theoretical reflections on two main issues. Initially, it discusses the identification of social practices that take media system as a specific political issue. Then, it deals with a divide within these practices between those operating in a dimension of ideological and logocentric criticism of commercial media and those that target the construction of new forms of socialibility through the use of media to generate subjective transformations, based not only on intellectual experience, but also on a sensory and emotional level. Finally, some considerations are made out of a empirical research on national and contemporary manifestations of media activism.

Keywords: Media activism. Expressivism. Sociability.

1. Introdução

Uma nova fixação parece afligir aqueles que se preocupam com a construção de uma perspectiva crítica quanto aos meios de comunicação e à sua cultura e a observação de experiências alternativas à produção midiática. A urgente necessidade de denunciar a manipulação ideológica na década de 1970 parece dar lugar, hoje, a um não menos premente impulso de identificar práticas de resistência nos mais diferentes momentos e cenários da vida social. Analistas sociais encontram contestação nas situações mais ordinárias: de

vestimentas e cortes de cabelo ao consumo criativo de produtos midiáticos, da adoção de estilos de vida “alternativos” à deambulação sem destino pelas cidades (Freire Filho, 2007).

A ubiquidade das práticas de transgressão identificada pelos investigadores culturais explica-se, ao menos parcialmente, pelo alargamento semântico da noção de resistência. Uma vez circunscrito a atividades coletivas, organizadas, de grande amplitude e que visavam transformações estruturais e sistemáticas da sociedade, o conceito abriga agora também diferentes manifestações localizadas, cotidianas, muitas vezes individuais, que enfatizam a mudança nos fluxos de poder, mesmo que temporariamente, e atentam aos processos de produção de subjetividade.

Todavia, a amplitude dos fenômenos que podem ser considerados como resistentes não se deve somente a um exacerbado otimismo – muitas vezes acrítico e populista – dos próprios estudiosos destes fenômenos. Mudanças concretas nas conjunturas políticas e socioeconômicas também podem explicar o surgimento de manifestações que se pretendem resistentes, mas que se recusam a emular os tradicionais modelos de questionamento, procurando novas maneiras de formular críticas e propor alternativas às configurações sociais sedimentadas.

Em conseqüência a uma série de fatores como a derrocada de um programa consistente de oposição ao capitalismo; a banalização das estratégias de protesto e militância utilizadas pelas ações coletivas anteriores; a crise da democracia representativa resultante da descrença em suas instituições; e a fragmentação das lutas políticas por causas específicas, novas modalidades de dissenso começaram a ser experimentadas. A mais pungente demonstração deste empenho talvez seja o Movimento de Ação Global, que aglutina movimentos sociais, grupos de ação direta e indivíduos de matrizes ideológicas muitas vezes contraditórias e que não apresentam um projeto político coeso, mas que possuem um inimigo em comum: o capitalismo (Ludd, 2002).

O chamado “Movimento dos movimentos” abriga, como sua alcunha sugere, esforços independentes e com características distintas voltados para o desenvolvimento de modos originais ou já sedimentados de tornar visíveis ou reparar as assimetrias de poder na sociedade. Entre uma de suas distintas vertentes, desde os anos 1990, vários termos insinuaram-se como tentativas de classificar emergentes e particulares modalidades de protesto. Conceitos como o de “Mídia Tática” (Garcia e Lovink, 2003 [1999]), “Culture jamming” (Dery, 1993), “Comunicação guerrilha” (Blissett, 2001); “Terrorismo Poético”

(Bey, 2001); “mediativismo” (Pasquinelli, 2002) e, aqui no Brasil, “Artivismo” (Monachesi, 2003) e “Digitofagia” (Ruiz e Wells, 2004) nomeiam iniciativas que almejam descobrir diferentes formas de utilizar os meios de comunicação para a contestação sociocultural e política.

Originadas no encontro de ativistas políticos, artistas, *hackers*, produtores culturais, trabalhadores sociais e profissionais e pesquisadores da indústria midiática, estas manifestações utilizam as mídias tradicionais (rádio, TV, cinema, jornal, etc.), as tecnologias digitais, em especial a internet, ou mesmo transformam canteiros de rua, muros e postes em veículos de comunicação não convencionais com a intenção de construir posicionamentos críticos quanto à grande mídia, demonstrando uma peculiar reflexividade quanto às funções dos meios de comunicação na sociedade.

Estas atividades possuem diferentes metodologias e periodicidades de ação, distintos tipos de organização e variados tempos de existência. Entretanto, seus promotores se articulam em rede com a ajuda das ferramentas digitais e se reúnem presencialmente em encontros e festivais com o objetivo de formarem coalizões, assumirem objetivos comuns e trocarem experiências sobre suas práticas. Entre as iniciativas que se unem nestes espaços comuns poderiam ser listadas ações das dezenas de coletivos de arte e sabotagem midiática que buscam retomar o espaço público por meio de intervenções e performances urbanas, ora em beligerantes ou bem-humorados ataques à publicidade, ora em interferências sutis e poéticas que pretendem problematizar o dia-a-dia das cidades (Mazetti, 2006); as atividades de rádios livres, que anseiam redemocratizar o ambiente midiático a partir de um desafio à separação entre produtores e usuários de mídia (Machado, Magri e Massagão, 1986); as ações perpetradas por entusiastas dos softwares livres, que embasados na Ética Hackerⁱⁱ, defendem a garantia do acesso irrestrito às tecnologias digitais e criticam as leis vigentes que regulam a propriedade intelectualⁱⁱⁱ; além de uma série de iniciativas que conjugam arte e mídia e aspiram explorar usos críticos e criativos para os meios de comunicação social^{iv}.

No intuito de adquirir ferramentas para a caracterização e a análise destas manifestações, este trabalho opera um duplo desenvolvimento. Inicialmente, sugiro a distinção de uma série de manifestações com intuitos políticos que elegem a mídia, a partir de diferentes abordagens, como sua causa específica. Em seguida, trabalho com a distinção entre dois modelos de atuação das iniciativas que têm os meios de comunicação como alvos primários. A *crítica contra-hegemônica*, que se baseia em um questionamento ideológico e

logocêntrico do sistema de mídia vigente e a *crítica expressivista*, que opera a partir de preocupações de ordem subjetiva e pretende explorar novas maneiras de estar junto, ver e sentir que podem ser produzidas por meio da apropriação coletiva da mídia.

2. A mídia como um fim político em si mesmo

A crescente midiaticização das sociedades entrelaça a política e a comunicação nos mais variados modos. Em relação às práticas de contestação midiática, todavia, pode-se distinguir, mesmo que de modo abrangente e provisório, ao menos dois grandes blocos de manifestações com características distintas.

No primeiro, a mídia e a sua cultura surgem como uma preocupação secundária para diferentes movimentos sociais com causas específicas. Anarquistas, ambientalistas, homossexuais, trabalhadores precários, comunidades desfavorecidas, camponeses, grupos indígenas, defensores dos direitos dos animais, imigrantes e outras mobilizações marginais ou oposicionistas utilizam os meios de comunicação para publicizarem suas causas, aglutinarem-se e tomarem decisões sobre o que será transformado em ações políticas concretas. Além disso, fazem observações críticas da cultura da mídia: sobre o que ela escolhe como temas prioritários para se discutir e em que termos estas discussões se dão; de que modo ela representa os atores e os movimentos sociais e de que maneira lida com os interesses comerciais e os *lobbies* políticos de grupos dominantes. Para os movimentos sociais com causas específicas, a cultura da mídia é problematizada em sua capacidade de reproduzir os discursos que cimentam o *status quo*, de marginalizar alternativas aos modelos vigentes e de contribuir para a produção de um “pensamento único”. A mídia e sua cultura se revelam, pois, ao mesmo tempo, parceiras, inimigas, instrumentos e terreno de luta política pelo poder simbólico e pelo controle sobre as formas de representação.

No entanto, um segundo tipo de manifestação tem se tornado cada vez mais comumente identificado. As mídias e a sua cultura se transformam, aqui, em uma causa específica própria, e não só medeiam questões caras a outros movimentos sociais. Ou seja, deixam de ser uma variável com a qual os movimentos sociais trabalham para se tornarem o foco central de esforços políticos de um movimento social em si mesmo. Recentemente, diversos autores (Carroll e Hackett, 2006; Cardon e Granjon, 2003; McChesney e Nichols, 2002; Opel, 2004) observaram uma intensificação de esforços e ativismos por parte da

sociedade civil que se baseiam no princípio de que uma sociedade verdadeiramente democrática só poderá ser alcançada a partir de uma democratização de seus meios de comunicação.

Estas iniciativas atuam sobre o conteúdo, os textos e as estruturas da mídia comercial de modo a influenciá-la ou para criar novas práticas e estratégias de mídia. Atores sociais distintos, advindos de diferentes extratos sociais, assumem objetivos como: pressionar os governos a promoverem mudanças na regulamentação do sistema midiático comercial e nas suas políticas públicas de comunicação; fiscalizar a produção da grande mídia e garantir a acuidade das informações veiculadas; investigar os desenvolvimentos da economia política da mídia; produzir veículos de comunicação independentes e alternativos; cultivar audiências mais críticas e investir na pedagogia de mídia; garantir o acesso aos meios de produção midiática; buscar maneiras de aumentar o nível de participação do público; estimular competências e habilidades dos cidadãos no manejo das tecnologias de comunicação; influenciar ou intervir nas mensagens disseminadas pela mídia estabelecida; experimentar novas linguagens etc.^v.

Os grupos e os indivíduos envolvidos em campanhas que têm os meios de comunicação como alvos primários podem ser distinguidos em três círculos concêntricos: 1) no centro, estão grupos próximos ou pertencentes à indústria dos meios de comunicação, ou seja, trabalhadores da mídia, jornalistas, produtores independentes, artistas e pesquisadores da comunicação; 2) um segundo círculo, mais abrangente, inclui atores socialmente subordinados, que identificam como sua falta de capital político, econômico, social e cultural pode ser perpetuado pelas representações midiáticas, o que os levam, principalmente quando tomam uma dimensão de movimento social, a pautar a mídia também como alvo de questionamentos; 3) o terceiro e mais aberto círculo se formata a partir de setores difusos que não têm nas políticas e práticas comunicacionais sua preocupação central, mas que se mobilizam ocasionalmente para protestar contra ameaças aos seus princípios nos produtos veiculados na mídia comercial, como associações de pais preocupados com a violência na televisão ou organizações religiosas que advogam por valores éticos nos meios de comunicação (Carroll e Hackett, 2006).

Somados os diferentes atores sociais envolvidos nas práticas de contestação midiática aos distintos lugares de intervenção escolhidos, Carroll e Hackett (ibid.) apresentam o ativismo de mídia como um campo desordenado, mal articulado e caótico de ação coletiva.

Além disso, observam que vários grupos que se lançam na luta pela democratização da mídia estão em transversalidade, ou mesmo embutidos, em outros movimentos sociais, que levantam temas diferentes do que as questões de assimetrias de poder no âmbito comunicacional.

A relação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação oficiais é conflituosa. A capacidade da mídia de submeter, até certo ponto, outros campos sociais – como o político – às suas lógicas (Rubim, 2001) produz uma relação de dependência, em que qualquer demanda social se vê obrigada a estabelecer uma relação com o sistema midiático instituído para atingir a opinião pública. No entanto, como a grande mídia propicia muitas vezes benefícios imediatos a alguns grupos sociais ativistas, nem todos os movimentos enxergam a transformação do cenário midiático como uma prioridade, visto que a mídia, em última instância, é tratada de maneira instrumental.

Com esta perspectiva, Carroll e Hackett (2006) oferecem uma distinção entre o “ativismo convencional” e o ativismo de mídia: “O primeiro faz um uso estratégico da mídia (seja ela *mainstream* ou própria) como um meio em direção a outro fim político; o último aborda a mídia como (pelo menos de forma temporária) um fim em si mesmo” (id. *ibid.*: 88). Os pesquisadores, todavia, ressaltam que, na prática, é impossível separar o ativismo convencional do ativismo de mídia, uma vez que o que muitos ativistas de mídia fazem em termos de produção alternativa de mídia para questionar o próprio ambiente midiático é idêntico aquilo que outros movimentos sociais produzem com a intenção de solucionar seus problemas de dependência dos meios de comunicação para atingir a opinião pública. Entretanto, há uma diferença, uma vez que para o ativista midiático os meios de comunicação não são um instrumento político, mas um “bem coletivo” em si mesmo, relevante o bastante para que se transforme em uma questão política particular.

Se a fragmentação dos modos de resistência pode obscurecer a noção de totalidade e com isso eclipsar macroestruturas sociais que continuam a gerar exclusões e injustiças sociais, uma noção como a de ativismo de mídia pode contribuir para circunscrever de modo mais refinado manifestações contemporâneas que não se conformam com as configurações sociais naturalizadas, mas que operam por meio de novas modalidades de dissenso. Para Jordan (2002), as formas emergentes de protesto, ao invés de trabalharem com o objetivo de mudar todas as estruturas e instituições sociais simultaneamente, configuram-se, muitas vezes, “na identificação de problemas com pelo menos uma instituição ou estrutura social de

tal magnitude, que eles não podem ser resolvidos dentro daquela instituição ou estrutura” (id. *ibid.*: 37).

Esta perspectiva se torna valiosa a partir do momento em que se pretende avaliar o potencial político das manifestações de ativismo de mídia. A falta de um programa coerente, ancorado em diretrizes ideológicas claras, de mudança sistêmica da sociedade, ou mesmo a recusa de certos grupos ativistas de mídia em se assumirem como líderes de um processo de transformação social não devem ser traduzidos como indícios de uma resignação dos seus atores em reforçar as estruturas e as instituições sociais existentes. Muito pelo contrário, de forma específica, principalmente em relação aos meios de comunicação e ao sistema midiático em geral, estes ativistas não só buscam denunciar injustiças e desigualdades, como procuram experimentar configurações alternativas e novos modos de distribuição de poder midiático na prática.

Algumas demandas sociais obviamente escapam do alcance do ativismo de mídia. Todavia, como Carroll e Hackett (2006) salientam, quando ele é bem-sucedido, gera facilidades para todos os setores ativistas. As práticas de contestação midiáticas operam mais próximas a todo o seu potencial em conjunto com outros movimentos sociais e, enquanto encontram sucesso, facilitam outras lutas. Portanto, a questão talvez não seja recriminar a fragmentação dos protestos políticos por causas específicas como um abandono da percepção da totalidade das relações sociais, mas incentivar que estas manifestações trabalhem em um regime de transversalidade, como queria Guattari (2005 [1989]).

3. Contra-hegemonia e expressivismo

Para nuançar ainda mais a caracterização das práticas de ativismo de mídia, pode-se recorrer, ainda, à distinção oferecida por Cardon e Granjon (2003) entre dois padrões singulares de contestação midiática, observados pelos autores a partir do objetivo de identificarem as raízes históricas das mobilizações informacionais e comunicacionais do Movimento de Ação Global. Estes modelos são o da *crítica contra-hegemônica* e o da *crítica expressivista*.

A *crítica contra-hegemônica* se pauta por um viés de preocupações ideológicas e da ordem da economia política dos meios de comunicação. Suas manifestações denunciam a função propagandista da mídia dominante, problematizam a distribuição desigual do fluxo de informação em escala planetária, questionam as alianças da imprensa com o mundo

corporativo e lutam contra o cerceamento da liberdade de expressão na profissão jornalística. A perseguição do lucro e o conseqüente sensacionalismo também são alvos prediletos da *crítica contra-hegemônica*. De acordo com Cardon e Granjon (ibid.), esta vertente do militantismo comunicacional tem origem, em grande parte, nas Ciências Sociais. Por isso, seus questionamentos recaem, com ênfase, na construção da verdade pela mídia e as possíveis deformações nas representações sociais.

O modelo contrário de mídia ambicionado pela *crítica contra-hegemônica*, portanto, inclui a busca por transformações na regulação dos sistemas midiáticos nacionais, um rebalanceamento dos fluxos de informação entre as nações, um reforço do setor público de informação e de comunicação e uma autonomização dos produtores de mídia das pressões do mercado e do público para a formulação de alternativas. Estas alternativas devem levar em consideração questões de exatidão da informação, o distanciamento e o pensamento reflexivo, resultado de investigações de longo prazo que promovem rupturas com as fórmulas de apreensão da realidade já dadas, mas que, ainda assim, exigem um alto grau de especialização por parte dos comunicadores.

A *crítica contra-hegemônica* se torna mais distinguível a partir da década de 1960, quando a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) intensifica os debates sobre o desenvolvimento desigual das indústrias comunicacionais ao redor do mundo e promove uma série de iniciativas - como a criação de agências de notícias nos países não-alinhados (que pertenciam ao chamado Terceiro Mundo) – em vista a criação de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação (NOMIC).

As ações da UNESCO culminam na publicação do Relatório McBride, que se constituía de 82 recomendações que refletiam uma crítica vigorosa à desigualdade estrutural entre os países do primeiro e do terceiro mundo relativa ao acesso e à produção de informação. Seus principais argumentos ancoravam-se na denúncia de uma monopolização dos meios de comunicação por grupos de mídia transnacionais, o que gerava fluxos internacionais de informação verticais, de mão única, do Norte para o Sul, assim como se refletia em práticas comunicacionais que enfatizavam questões comerciais ao invés de preocupações sociais (Berger, 1999; Cardon e Granjon, 2003, Rebouças, 2003).

Após a publicação do Relatório McBride, o projeto seria desacreditado por potências mundiais como Estados Unidos e Inglaterra, que se retiraram da UNESCO, e em 1989, a idéia de uma nova ordem mundial para a informação e a comunicação estaria praticamente

descartada (Cardon e Granjon, 2003). Todavia, a partir da década de 1990, o surgimento dos observatórios de informação, comunicação e cultura – que almejam vigiar a produção midiática estabelecida – marca a recontextualização de alguns dos principais temas levados adiante nas discussões em busca da NOMIC pela UNESCO, em uma revitalização da corrente *crítica contra-hegemônica* (Albornoz e Herschmann, 2006).

Já a *crítica expressivista* se caracteriza por ações coletivas que fundamentam suas ações em uma recusa de seus promotores a se fecharem em si mesmos como um círculo restrito de produtores de informação. O tensionamento das dimensões ideológicas da produção midiática dá lugar, deste modo, a questionamentos sobre a assimetria mantida pela mídia instituída em relação a sua audiência. Tanto na mídia dominante quanto mesmo no âmbito das práticas de contestação, a *crítica expressivista* rechaça a monopolização da fala por profissionais, porta-vozes ou especialistas. Sua intenção, conseqüentemente, não é reformar o sistema de mídia ou promover uma transformação da prática jornalística profissional em vista de uma representação mais fiel ou mais justa da realidade social pelos meios de comunicação.

Almeja-se, em outra esfera, fomentar a apropriação coletiva da mídia, e não só para as grandes massas, mas também para as minorias, grupos marginais e desviantes de várias naturezas^{vi}. Aqui, a disputa sobre a legitimação de visões do mundo antagônicas, ou o desafio de revelar fatos ocultos ou distorcidos pelos meios de comunicação dominantes, cede espaço para o ataque ao princípio de passividade do receptor e a busca pela multiplicação do número de transmissores de informação e de cultura. Há um deslocamento de preocupações objetivas para temáticas de ordem subjetiva. A garantia de uma diversidade de pontos de vista se coloca mais importante do que a objetividade, considerada impossível, ou mesmo pouco desejável, caso ela seja adquirida ao custo da redução do número de produtores de informação.

Logo, o modelo contrário que a *crítica expressivista* propõe frente à produção *mainstream* de mídia opera em tentativas de ultrapassar as limitações impostas pelos formatos dos meios de comunicação, que tendem a privilegiar a perspectiva do emissor. Envolve também o questionamento das competências e das qualidades sociais e culturais (diferentes saberes que incluem desde o manejo técnico do aparato midiático até o domínio da linguagem de uma dada forma de expressão), entendidas comumente como pré-requisitos para a participação no universo midiático – da expressão corporal frente a uma câmera de

vídeo ao domínio da técnica do *lead* no jornalismo, por exemplo. Por isso, Cardon e Granjon (ibid.) argumentam que a *crítica expressivista* desenvolve uma abordagem quanto à mídia que é processual – ou seja, ela valoriza o caminho percorrido, e não dá tanta ênfase aos resultados propriamente ditos. Por conseguinte, o objetivo se torna redistribuir e generalizar a capacidade dos atores sociais de tomar posse dos meios de simbolização e de representação do seu mundo social.

Pouco tempo após a apresentação do relatório MacBride, teóricos já afirmavam que a nova ordem mundial de comunicação e informação não seria forjada nos corredores da UNESCO, mas em pequenos experimentos locais, em que trabalhadores e cidadãos comuns buscariam novas maneiras de comunicar suas idéias e sua cultura uns com os outros. A *crítica expressivista* tomaria forma a partir das décadas de 1960 e 1970, quando experiências locais na busca pela emancipação social através dos meios de comunicação se espalharam pelo mundo. Na França e na Itália surgiram as rádios livres, na Austrália e na Nova Zelândia comunidades indígenas estabeleceram estações de rádio e televisão, no Uruguai emergiram as experiências do cassete-fórum de Mario Kaplun, na Bolívia comunidades mineiras se apropriaram das rádios, enquanto a chamada “imprensa nanica” começava a despontar no Brasil (Cardon e Granjon, 2003; Berger, 1999).

Unia estas manifestações um projeto comum de fomentar um modelo participativo via inversão dos usos dos meios de comunicação. Ou seja:

Aproximar a transmissão da recepção, fazer da participação um ato coletivo, empregar os códigos culturais e lingüísticos do público, recusar a influência comercial, estabelecer uma relação de igualdade e proximidade entre produtor, jornalista e audiência, integrar as pessoas nos diferentes níveis do processo de produção e difusão da informação através de canais alternativos, diminuir a ritualização e aumentar a transparência dos veículos de comunicação etc. (Cardon e Granjon, 2003).

Ao invés de se opor à produção midiática estabelecida diretamente, dirigindo suas reivindicações a um poder central, a *crítica expressivista* – que se estabeleceu nas décadas posteriores sob alcunhas como *mídia popular*, *cidadã*, ou *comunitária* – busca a emancipação social e a partilha do poder midiático através de experiências locais. Ambiciona-se, portanto, potencializar a multiplicação e a amplificação das vozes excluídas da mídia dominante – e

não a objetividade dos especialistas – visando reduzir as fronteiras que separam os produtores voluntários de informação dos profissionais da mídia.

O modelo de *crítica expressivista* seria atualizado a partir da década de 1990, com a irrupção das práticas comunicacionais que convergem no Movimento de Ação Global. Todavia, se as mais recentes práticas de contestação midiática que se aninham na vertente *crítica expressivista* herdam algumas das preocupações e dos modos de operação das manifestações comunitárias e populares em busca de práticas alternativas de mídia, seus tipos de organização e recursos políticos empregados não são os mesmos.

Enquanto as mídias comunitárias e populares se organizam em torno e muitas vezes são mantidas por instituições sociais como partidos políticos, iniciativas do terceiro setor, igreja, sindicatos etc., e se forjam dentro de comunidades locais, as ações do ativismo de mídia contemporâneo não estão baseadas em estruturas organizacionais facilmente identificáveis. O ativismo de mídia contemporâneo se mostra, por sua vez, desconfiado do papel político das instituições sociais. Estas manifestações surgem em um tipo de atuação individualizada, e não se cansam de negar sua delimitação por comunidades territoriais, agrupamentos sociais específicos, ou em torno de políticas claras como acontece com as experiências comunitárias, que utilizam estas categorias de pertencimento de modo positivo, para forjar uma identidade coletiva e se situar ideologicamente.

4. O ativismo de mídia contemporâneo nacional

Durante minha pesquisa de dissertação para mestrado, tive oportunidade de observar atividades e entrevistar integrantes de algumas das manifestações nacionais contemporâneas citadas anteriormente, que elegem o ambiente midiático como alvo primário de crítica e operam a partir de ideais próximos aos da corrente crítica expressivista. Como considerações finais deste trabalho, gostaria de tecer algumas impressões adquiridas nesta investigação.

A partir de quatro estudos de caso específicos^{vii} pude constatar que a posição social dominante entre estes ativistas é o de jovens entre 25 e 35 anos, de classe média, com formação universitária e que trabalham ou possuem atividades vinculadas à indústria da comunicação. Este perfil ajuda a explicar o posicionamento ontológico que impulsiona a escolha pelas formas de protesto criativas e experimentais utilizadas no ativismo de mídia contemporâneo. Ademais, a familiaridade com o ambiente midiático e o acesso às

ferramentas de produção de mídia através do consumo de bens eletrônicos, o domínio de línguas estrangeiras e o conhecimento sobre atividades semelhantes no exterior – seja presencialmente ou via *web* – caracterizam os ativistas de mídia nacionais, que carregam uma forte influência de práticas de dissenso emergidas na Europa e nos Estados Unidos.

Isto não significa, porém, que o ativismo de mídia nacional ignora as injustiças e as desigualdades do país. A inserção destes grupos em comunidades desfavorecidas, em contextos de exclusão e a sua articulação com movimentos sociais via promoção de oficinas de pedagogia de mídia, montagem de telecentros ou apresentações em praça pública demonstra uma preocupação em ultrapassar a auto-ritualização de ideais críticos entre os próprios ativistas para colocá-los em prática junto ao público.

No entanto, o sentimento de que estas atividades sejam expressamente políticas ou oposicionais muitas vezes se mantém implícito. Para alguns ativistas, estas manifestações são traduzidas como uma espécie de trabalho social que busca ir além de um viés assistencialista, em que os ativistas partilham seu conhecimento em uma área específica de modo horizontal. Por vezes, o trabalho é classificado como uma tentativa de refuncionalizar socialmente a arte e o entretenimento, ao adicionar uma posição crítica à produção imaterial que renega o valor mercantil. A partir de uma perspectiva micropolítica, em que as mudanças são geradas a partir das relações de poder cotidianas, a ênfase recai, portanto, na expectativa de gerar transformações pessoais, de cunho subjetivo, de sensibilizar e atentar a novas formas de interação e representação social, que passam ao largo das mídias comerciais. Faz notar, assim, um empenho particular em ir além da mera constatação da construção da realidade social pela mídia estabelecida, em um esforço de cultivar a curiosidade, a criatividade, a liberdade de expressão, as competências e as habilidades do público no manejo dos meios de comunicação.

A intenção principal é possibilitar experimentações com as temáticas, as linguagens e os formatos midiáticos para a promoção de práticas “faça você mesmo”, nas quais os indivíduos assumem o protagonismo do processo comunicacional. Neste sentido, as tecnologias digitais possuem importante função, visto que o ativismo de mídia contemporâneo almeja explorar maneiras de efetivar os potenciais democráticos oferecidos pelas novas tecnologias, principalmente no que concerne às possibilidades da internet de potencializar a colaboração, a livre circulação de informação e conhecimento e a formação de redes sociais.

Contraditória e reveladora é a relação destas manifestações com o sistema das artes e suas instituições. Talvez seja aqui que os discursos dos diferentes grupos de ativismo de mídia mais se desencontram. Algumas iniciativas originam-se no campo artístico e mantêm uma estreita relação com este pólo, enquanto outras manifestações relativizam o caráter artístico de suas ações ou, até mesmo, não se identificam como arte. Alguns grupos sustentam que a arte serve como uma espécie de disfarce para práticas eminentemente contestatórias, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, a denominação destas atividades como artísticas parece surgir de uma dificuldade de caracterizar de outra maneira um trabalho imaterial ou semiótico que não tem fim comercial.

Todas estas perspectivas indicam, no entanto, uma tentativa de tornar a arte mais participativa, de refuncionalizá-la socialmente, revestindo-a de um caráter crítico. Esta proposta demonstra uma revitalização dos ideais desenvolvidos a partir das vanguardas históricas européias, que emprestam ao ativismo de mídia contemporâneo o gosto pela apropriação dos textos culturais instituídos, pela bricolagem, pelo jogo, pela promoção de uma criatividade disruptiva, que desafia a racionalidade instrumental das sociedades capitalistas e, neste processo, assume conotações políticas.

Por fim, os meios de comunicação possuem importância central neste processo. Porém, eles não são entendidos como meros veículos para mensagens oposicionistas. Pelo contrário, o ativismo de mídia desconfia do poder da informação para abordar as mídias de modo mais complexo, como produtora também de sentidos sensoriais e de fundamental importância na construção de sociabilidade, do “estar junto”, do ver e sentir. Parafraseando Felipe Fonseca, integrante da rede MetaReciclagem, o ativismo de mídia não busca a construção de uma verdade mais fiel, mas anseia descobrir como os meios de comunicação podem “melhorar a vida das pessoas” (e a abrangência desta afirmativa advém do fato de que o contexto social no qual essas pessoas estão inseridas é que determina quais melhorias podem ser feitas).

O potencial político destas manifestações é, obviamente, circunscrito pelas formas de atuação do ativismo de mídia contemporâneo. Todavia, estes esforços se configuram como a abertura de um interessante *front* na luta pela democratização dos meios de comunicação. O desenvolvimento de ferramentas analíticas que busquem esmiuçar seus objetivos e modos de ação pode contribuir para evitar que estas atividades, que muitas vezes assumem discursos críticos indiretos e oblíquos, não sejam erroneamente interpretadas. Da mesma forma, pode

ajudar a elucidar alguns dos novos contornos que as formas de protesto assumem em sociedades cada vez mais midiáticas.

Referências

- ALBORNOZ, Luis; HERSCHMANN, Micael. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **E-Compós**, n° 7, dezembro de 2006.
- BERGER, Christa. Crítica, perplexa, de intervenção e de denúncia: a pesquisa já foi assim na América Latina. **Revista InTexto**, n° 6. 1999. Disponível em <http://www.intexto.ufrgs.br/v6n6/a-v6n6a2.html>. Acesso em 10/07/2007.
- BEY, Hakim. **TAZ**: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad, 2001.
- BLISSETT, Luther. **Guerrilha Psíquica**. São Paulo: Conrad, 2001.
- CARDON, Dominique e GRANJON, Fabien. Les mobilisations informationelles dans le mouvement altermondialiste. Colloque Les Mobilisations Altermondialistes, Paris, 2003. Disponível em: <http://www.afsp.msh.paris.fr/activite/groupe/germm/collgermm03txt/germm03cardon.pdf>. Acesso em 10/04/2007.
- CARROLL, Nick; HACKETT, Robert. “Democratic media activism through the lens of social movement theory”. **Media, Culture e Society**, n° 28, vol. 1. p. 83-104. Londres: Sage, 2006.
- DERY, Mark. **Culture Jamming**: Hacking, Slashing and Sniping in the Empire of Signs. Westfield: Open Magazine Pamphlet Series, 1993
- FOINA, Ariel; FONSECA, Felipe; FREIRE, Alexandre. O Impacto da Sociedade Civil (des)Organizada: Cultura Digital, os Articuladores e Software Livre no Projeto dos Pontos de Cultura do MinC. 2006. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/cultura_digital/artigos/index.php?p=14166emore=1ec=1epb=1. Acesso em 10/01/2008.
- FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil**: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- GARCIA, David e LOVINK, Geert. The ABC of Tactical Media. In: **Anarchitexts**: voices from the global digital resistance. p. 107-111. New York: Autonomedia, 2003 [1997].
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 2005 [1989].
- _____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JORDAN, Tim. **Activism!**. Londres: Reaktion, 2002.
- KELLNER, Douglas. Intelectuais e novas tecnologias. In: MORAES, Denis (org.). **Combates e Utopias**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LEVY, Steven. **Hackers**: Heroes of the Computer Revolution. Nova Iorque: Doubleday, 1984.
- LUDD, Ned (org.). **Urgência das Ruas**. São Paulo: Conrad, 2002.
- MACHADO, Arlindo, MAGRI, Caio; MASSAGÃO, Marcelo. **Rádios livres, a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAZETTI, Henrique Moreira. Entre o afetivo e o ideológico: as intervenções urbanas como políticas pós-modernas. **Revista ECO-PÓS**, vol. 9, n° 2, p. 122-138. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. **Media Sana**: contra o loteamento do imaginário coletivo. II Congresso de Estudantes de Pós-Graduação. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2007. Disponível em cd-rom.
- MCCHESENEY, Robert; NICHOLS, John. **Our Media, Not Theirs**: the democratic struggle against corporate media. New York: Seven Stories Press, 2002.
- MONACHESI, Juliana. A explosão do a(r)tivismo. Folha de S. Paulo, Mais!, p. 4-9, 06 de abril de 2003.
- PASQUINELLI, Matteo (org.). **Mediactivismo**: Estrategias y prácticas de la comunicación independiente. Roma, DeriveApprodi, 2002
- OPEL, Andy. **Micro Radio and the FCC**: Media Activism and the Struggle Over Broadcast Policy. Westport, Conn: Praeger Press, 2004.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker, 2001.
- RUIZ, Ricardo; WELLS, Tatiana (org.). **DigitoFagia Cookbook**. 2004. Disponível em: www.midiaticata.org/ip/downloads/digito_cookbook.pdf. Acesso em 15/07/2006.

ⁱ Mestre em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. E-mail: mazetti@gmail.com

ⁱⁱ A Ética Hacker é composta por uma série de posicionamentos que visam à constante manutenção da liberdade de acesso à informação e ao conhecimento atrelados às tecnologias digitais, assim como da manutenção do direito do usuário de se apropriar e modificar estas ferramentas (Lévy, 1984).

ⁱⁱⁱ Estas iniciativas poderiam ser ilustradas com a MetaReciclagem, uma metodologia de oficinas surgida na internet que envolve, resumidamente, a montagem e a desmontagem de computadores em vista ao cultivo de uma apropriação crítica da tecnologia a partir da reciclagem de material eletrônico obsoleto. Posta em prática inicialmente por um grupo atuante em São Paulo, a MetaReciclagem hoje se espalha por diferentes espaços de produção cultural, localizados muitas vezes em comunidades desfavorecidas, e também está inserida no programa Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura (Foina, Fonseca e Freire, 2005). Outra manifestação surgida, ao menos em parte, da comunidade de usuários e produtores de softwares livres é a plataforma Mídia Tática, que pretende organizar, por meio de uma interface on-line e também através de encontros presenciais, coalizões entre os diferentes grupos atuantes nas intersecções entre arte, mídia, tecnologias digitais e política. A organização de encontros, festivais, grupos de estudo, mostras de vídeo, oficinas de produção de mídia com software livre e intervenções artísticas no espaço público e na web, assim como o desenvolvimento de blogs e de estruturas comuns de trabalho na internet e a montagem de telecentros e espaços físicos de produção cultural e midiática independente são algumas das ações produzidas por meio da plataforma.

^{iv} Entre elas, as ações do Media Sana, um coletivo multimídia de Pernambuco que trabalha com performances audiovisuais em espaços institucionais e em praça pública e que possui como característica principal a reciclagem de material veiculado na programação diária da TV para, a partir de colagens destes trechos, construir um questionamento quanto ao papel da mídia na sociedade (Mazetti, 2007).

^v Os esforços voltados primariamente para influir no horizonte midiático não se resumem a políticas “progressistas”, mas também fazem parte de programas políticos “reacionários” ou “conservadores”, que almejam manter ou reforçar padrões de hierarquias e de exclusões existentes. Exemplo disso é o site Mídia sem Máscara, que se pretende um observatório da mídia que “colhe amostras que, por si só, bastam para dar uma idéia da magnitude e gravidade da manipulação esquerdista do noticiário na mídia nacional”. Disponível em <http://www.midiasemmascara.com.br/quemsomos.php?language=pt>. Acesso em 10/01/2008.

^{vi} Felix Guattari, filósofo e psicanalista francês, é identificado por Cardon e Granjon (2003) como um dos promotores mais influentes da crítica expressivista. Notório por suas teorizações sobre o potencial político dos “grupelhos” - ou seja, grupos marginais e desviantes - cunhou também a noção de “era pós-mídia”, em que o autor pressupõe um futuro em que as mídias sejam apropriadas coletivamente pelo público. Vale ressaltar, também, a participação ativa de Guattari na criação das rádios livres nos contextos italiano e francês, nas décadas de 1970 e 1980 (Cf. Guattari, 2005 [1989], 1992; Guattari e Rolnik, 1986).

^{vii} As iniciativas observadas foram: o coletivo multimídia de Pernambuco, Media Sana; o coletivo de intervenção urbana Poro, sediado em Belo Horizonte; a plataforma Mídia Tática e a rede MetaReciclagem, que reúnem atividades em diversas regiões do país e se caracterizam por uma forte movimentação *online*. Estudos de caso sobre estas iniciativas podem ser encontradas em minha dissertação de mestrado, intitulada “Ativista de mídia: arte, política e tecnologias digitais”.